

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ata de Audiência Pública

Exigida pelo art. 9º, § 4º da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal),
com a demonstração e avaliação, pelo Poder Executivo, do
cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2023

25 de setembro de 2023 na Câmara Municipal

APRESENTADOR – Vereador Edilson Dias de Andrade

EXPOSITORES – Francisco José Rocha
Secretário Municipal de Finanças
Edler Antônio da Silva
Presidente da Guarujá Previdência

(Handwritten marks)

Sumário

| | |
|-------------------------------|----|
| Ata Audiência Pública | 03 |
| Lista de Presença | 42 |
| Avaliação Metas Fiscais | 45 |
| Guarujá Previdência | 67 |

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ata de Audiência Pública

Exigida pelo art. 9º, § 4º da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal),
com a demonstração e avaliação, pelo Poder Executivo, do
cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2023

25 de setembro de 2023 na Câmara Municipal

APRESENTADOR – Vereador Edilson Dias de Andrade

EXPOSITORES – Francisco José Rocha
Secretário Municipal de Finanças
Edler Antônio da Silva
Presidente da Guarujá Previdência

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Senhoras e senhores, bom dia. São exatamente 10 horas e 27 minutos do dia 25 de setembro de 2023, vamos dar início a Audiência Pública da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Guarujá técnico. Os técnicos do poder Executivo Municipal também estão presentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal demonstrarão e avaliarão o cumprimento das metas fiscais relativas ao segundo quadrimestre do ano de 2023. Presentes temos o senhor Francisco José Rocha, que é o Secretário de Finanças da Prefeitura de Guarujá, e toda a equipe técnica da secretaria em questão. Representando o Guarujá Previdência, eu peço pra que faça parte da Mesa, o senhor Edler Antônio da Silva que é o Diretor-Presidente da instituição. Estão aqui a presença dos cidadãos representativos da sociedade civil organizada, ressalto que a realização da Audiência Pública é uma, é um dever dos órgãos públicos e um direito do cidadão. É uma forma importante da sociedade civil fazer parte das decisões do município, influenciando e controlando. Por meio delas o município disponibiliza informações, esclarece dúvidas, abre debate e presta contas à sociedade sobre suas ações e projetos públicos de relevante impacto ou interesse social. Sendo assim declaro aberta a audiência pública e passo a palavra nesse momento ao Secretário Municipal de Finanças para que para que inicie a apresentação.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Bom dia a todos, prazer tá aqui na Casa, uma responsabilidade do poder público tá explanando os números que é uma obrigação legal, mas não precisava nem tá escrito né isso é um dever do Estado tá sempre prestando contas aqueles que pagam seus impostos, e pra saber onde vai os recursos. Marcos, por favor. A Receita Total do município no segundo quadrimestre de 2022 atingiu o montante de 1 bilhão 308 milhões 601 mil e 964 reais e 78 centavos; e a Receita Total

do segundo quadrimestre de 2003 atingiu 1 bilhão 320 mil 961 reais e 36 centavos. Avaliando o período acima tivemos um superavit da ordem de 12 milhões 359 mil que representa 0,94%. Então, um pequeno acréscimo né se a gente for considerar, que você teve um período inflacionário então você tá um pouco aquém, não significa dizer que tá tão ruim, mas como você tem uma inflação de 6,7% talvez um pouquinho mais, um pouquinho menos, a nossa avaliação foi positiva, se a gente fosse falar em termos reais teria um decréscimo. Isso em virtude da economia não tá boa né, então a gente sabe disso, e o cidadão ele tem seus compromissos né, então normalmente isso é influenciada por uma série de fatores, mas como é poder público a gente sempre estima receita e fixa as despesas né. E essa variação ela ocorre, a economia indo bem, tudo vai bem se ela for um pouquinho mal as finanças públicas também vai mal. Porque a gente fala isso? Nós consumimos né, as pessoas só acham que só paga IPTU, não! Tudo que se consome tem imposto. Se cidadão vai no posto de gasolina tem lá o ICMS, ele vai no mercado tem o ICMS, se ele vai ao banco fazer uma transação financeira ele tem o IOF, e dessas receitas o município tem a sua participação. Se isso vai mais ou vai menos, se for mais você recolhe isso através de ICMS, e de FPM, e outras transferências, se for menos obviamente é um pouquinho menor né, vamos lá Marcos. A Receita Tributária né, já 745 milhões de 2022, contra 771 milhões de 2023, um acréscimo de 3,57%; Receitas de contribuições 14 milhões 268 mil, contra 14 milhões 657 mil, 2,72%; a Patrimonial 18946 contra 18808, menos 073; Receitas de serviços 265 mil, contra 538 mil 102% de aumento; Transferências correntes 516 milhões 577 mil, contra 516 milhões 496 mil 0,06%. Outras receitas correntes 23 milhões 236 mil contra 25 milhões 200 e 895 mil, um acréscimo de 11,44%. Receita de Capital, são as operações de crédito. Receita de Capital são aquelas que o Município faz empréstimo, e ela não é utilizada para custeio e sim para investimentos tá? 25 milhões 634 mil contra 5 milhões 864 mil, um decréscimo de 77%. Transferência de capital, 18.276 contra

20.597 um acréscimo de 12%; Outras receitas de capital, 832 mil contra 1 milhão 120, um acréscimo de 34%. Deduções da receita que é normal, a gente paga umas, para o FUNDEB nós temos 54 milhões 558 mil, contra 54 milhões 924 mil, um acréscimo de 0.67%. Portanto, 1 bilhão 308 milhões contra 1.320, um acréscimo de 0.94%. Eu digo que não é um acres, isso é um acréscimo nominal né, a gente num, se for descontar inflação a gente tem um decréscimo de receita e foi explicado no quadro anterior por conta do da atividade econômica né, não é criticando a Deus é que realmente você existe um processo e o e a partir do momento que tiver um PIB mais robusto com certeza as receitas municipais também serão mais robustas. Receitas tributárias e impostos. 2022 contra o quadrimestre de 2023, nós temos aqui Impostos 680 milhões 874 mil, 704 mil 644 um acréscimo de 3,49; IPTU 400 milhões 441 mil, contra 403085 um acréscimo de 0.66%. ITBI 50 milhões 505 mil contra uma receita de 41495 um decréscimo de 1784; ISS 173 milhões 081 mil contra 189 milhões 095, 9,25%; Imposto de Renda 56845 contra 70966, 24 e 84; Taxa 64190 contra 67169, um acréscimo de 464. Receita de contribuição 256 mil contra 87 mil -65%. Totalizando 745321 contra 771900, 3 e 57. Então aqui tá mais ou menos explicado essa fluição das receitas né, a gente teve na Tributária um acréscimo de 3 e 57. Se você considerar que você tem um período inflacionário menos né, aí vamos falar aqui do IPTU que é a principal receita do município, graças a Deus a gente não depende das receitas transferidas para a gestão pública. O IPTU hoje é a primeira receita municipal a segunda receita municipal é ISS e a terceira no ranking é o ICMS. O IPTU nós tivemos aqui só pra informações 400 milhões contra 403 mil um pequeno acréscimo 66%, significa dizer que as pessoas foram um pouquinho mais inadimplentes em relação ao ano passado. Então a gente teve esse acréscimo, mas é um acréscimo ínfimo em relação, porque nos tivemos um reajuste de 8.60, 8.94 né de IPTU? Ou seja, a gente nem atingiu isso. Porque isso? Uma série de fatores gente, é a capacidade econômica do cidadão, então a

gente tem trabalhado isso de maneira que a gente possa recuperar tendo em vista que a Casa aqui votou um REFIS né e a gente tá nas buscas dessas receitas. Não é porque o cara não quis pagar, porque ele teve problemas financeiros né, ou ficou desempregado, enfim tem uma série de situações que o cidadão não entra né na, não paga seus impostos. E a gente, de uma maneira de outra, o governo facilita a vida desses contribuintes, fizemos o REFIS. Algumas pessoas criticam o REFIS, eu não tô aqui pra defender nem pra criticar, tô dizendo assim foi uma medida saneadora né, as vezes o cara não paga o imposto pra comprar um remédio, não paga o imposto pra comprar uma comida, então o imposto na lista de prioridade deles é o menos importante então o governo edita um REFIZ aprova a Casa de Leis a qual a gente tem trabalhado intensamente e tem tido os nossos resultados que até o final do ano a gente espera ter uma receita mais robusta pra contrabalançar essa perda das receitas que o município administra. Comparativo com o ano anterior, segundo quadrimestre 745 contra 7771, então o valor do segundo quadrimestre 2023 nós temos aqui três pontos 3.57% valor arrecadado, quer dizer, mais uma vez eu insisto em dizer ali atrás nós falamos dos números né e vivos quais as receitas que cresceram e quais as que caíram né, no total a gente tem 3.57, não é um número bom deveria ser um pouco maior, mas por conta de todas essas situações que nós vivemos que a gente tem que falar. Ninguém estraga uma economia, recupera a economia em 6 meses, não é assim que as coisas funcionam. Algumas críticas, só falando alguma coisinha encima de taxa de juros né, obviamente o empresário investe se o juros for baixo, e com a SELIC de quase 14% é impossível você ter uma atividade econômica, a pessoa pegar dinheiro pra colocar. Então a partir do momento que o juros começa a baixar a tendência é que a economia cresça, é um processo e isso não é da noite pro dia, baixou esse mês vem no mês que vem, não. É de 6 a 9 meses pra você começar a sentir efeito de uma queda de taxa de juros, de uma queda desses ativos pra que essas pessoas comecem a

investir e tenham um resultado lá na frente né. Provavelmente até o final do ano a gente tá abaixo de 10 né, o número que nós temos hoje é um número selvagem né, não dá pra você pegar dinheiro e pagar 12, 13% não existe isso. Então, eu tô falando isso em Finanças Públicas né, nós nós a gente só não vive do IPTU, o IPTU é a primeira receita, mas nós temos outras receitas que advêm do Governo Federal que aliás o município é muito injustiçado referente as receitas porque aqui nascem todas as receitas e aqui também tem todas as despesas e nós ficamos com pouco mais de 18% que é produzido no município, o resto vai pra União e vai pro Estado e os problemas são todos aqui, o buraco é do Prefeito, a saúde do Prefeito, a educação é do Prefeito, a segurança é do Prefeito, e não é verdade né. O que houve é que ao longo dos anos algumas desvirtuações transferidas para o ente público municipal, algumas responsabilidades que elas vieram sem o aporte financeiro. Notadamente vou falar aqui, quem é, milita na área das finanças públicas como eu milito a algum tempo, e não são poucos né estou falando aí mais de 45 anos, é impossível você investir 450 milhões na área de saúde e receber só 80, ou seja, tudo o que o município põe ele recebe 80 milhões de reais parece que ele tá pedindo um favor. Isso lá trás, do meu tempo, vai lembrar que nós tínhamos hospitais públicos né, e aí houve as ações integradas de saúde as primeiras AIS que deu início ao SUS. Quando houve uma mudança lá trás 83, 82 não me recordo, na década de 80 comezinho, o governo Federal repassava 75 a 80% dos gastos para os municípios e os Prefeitos investiram muito, eu sou dessa época, e aí com o passar do tempo isso foi caindo no esquecimento e hoje um pouco mais de 10, de 10 a 15% é muito pouco, isso o Governo Federal, o Estadual é zero. O Governo Estadual repassa 0 pra manutenção do Sistema Único de saúde, quem trabalhou aqui na saúde sabe a Zezé tá aqui algum tempo vê que os recursos estão minguados e a responsabilidade toda é do município. Como é que você investe 450 milhões e recebe só 80? Ao inverso lá trás, Presidente, era aproximadamente 80% então a gente que vive no

mundo administrativo Municipal sabe que aqui é a última porta de esperança do munícipe e aonde ele encontra com vereador, onde encontra com ele com assessor, onde ele encontra com secretário, onde ele encontra com o Prefeito, e a gente tem que dar uma resposta porque o cidadão tá aqui, mas os recursos que eles não vêm dessa maneira como as pessoas acham que vem. Vamos lá Marcos! Receitas Correntes 1, 2 bilhões 112 milhões contra 2 bilhões 119 milhões um acréscimo de 0.37%; as Receitas Tributárias 1096 contra 1097 pouco mais de 0,05%; os Impostos 1005 contra 1007 um pouco mais de 0,19%; IPTU 581 milhões 584 mil contra 544157 um decréscimo de 6%; ITBI 83 milhões 674 mil contra 67 milhões 064 mil, aqui vamos lembrar de uma coisa né, que a gente, quando teve a pandemia muitas pessoas procuraram imóveis fora do seu habitat natural né e aqui em Guarujá teve sim um acréscimo muito grande de transferências e vendas de imóveis, elas, teve um pico, estabilizou, agora há uma queda. Como você tá fazendo a comparação dos últimos 12 meses então esse foi o reflexo, não é? Pensando nisso o governo fez uma Lei, editou uma Lei Municipal pra que viesse uma recomposição do valor, das vendas dos imóveis. Nós sabemos que tem muitos imóveis com contrato de gaveta, e nós baixamos o ITBI de 3, de 3 pra 2% pra ver se a gente tinha uma vantagem econômica em cima disso. Houve um pequeno acréscimo, mas ele não foi tão significativo, foi comemorado pelo cartório de Registro Imóveis que a gente fizemos uma pesquisa enloco pelos corretores né, há sempre um delta de pessoas que fazem a compra do imóvel e não transfere né, mas nós fizemos essa Lei desembaraçamos algumas coisas, houve um acréscimo, a gente tá medindo, mas não é um acréscimo significativo. O que houve sim, essa elevação, esse decréscimo foi que na pandemia houve esse aquecimento dos imóveis, principalmente na Baixada Santista e agora é uma desaceleração. Portanto, por isso dessa queda em mais de 20%. Imposto de Renda nós tivemos, vamos primeiro falar do ISS 252 milhões contra 284 mil aqui sim um acréscimo, se a gente for

considerar que houve uma inflação no período positiva, mas por conta da atividade portuária né, e também um pouco também por conta das atividades econômicas. O setor de prestação de serviço ele tem aumentado não é, em detrimento de alguns outros setores, mas essa essa essa é uma figura que vai sempre aumentando principalmente nas grandes cidades, elas se é a industrialização cai, a prestação de serviços sobe. Imposto de Renda, 87 contra 110; Outras receitas 91 contra 90, menos 1%; Receitas de contribuições 83 contra 95, 14%; Receita Patrimonial 140 contra 120, menos 14%. Receitas de serviços 381 contra 785 um pouco mais de 1,0 um pouco mais de 106% melhor dizendo. Cota parte do Fundo de Participação do Município 112 contra 122, 10%; Cota parte ICMS 211, 213, é aqui que é um grande valor né, a terceira maior receita do município e a gente teve aqui um crescimento um pouco mais de 1% né. Se você considerar aqui, você teve uma inflação nesse período na realidade houve um decréscimo por conta da atividade econômica, nós vivemos do ICMS. Tudo que se consome o município tem sua participação nesse ICMS. IPVA, 45 contra 57, 26%; ITR, 43 contra 83, 91% uma receita ínfima; Transferência da Lei 61, 1356 contra 1130; Transferências ao FUNDEB 209 contra 200; Outras transferências correntes 165 contra 166 um pouco mais de 1%; Outras receitas correntes 45496 contra 44068. Deduções II. Contribuição para o Plano de Previdência 64 contra 72 um acréscimo de 13%; Compensação financeira entre os regimes 9 contra 4; Rentabilidade de aplicações financeiras 114 contra 91; Dedução para o FUNDEB 72 contra 77; Outras receitas 775 contra 3796; Receita corrente líquida II, é I menos II, 1859 contra 1870, então um acréscimo de 070, 056%; Emendas da União 1163 contra 7, 5.57. Total da receita corrente ajustada 1 bilhão 858 milhões contra 1 bilhão 862 milhões de reais

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Francisco só, só um minutinho. Esse item que você

falou, eu sei que não é o momento ainda, mas Emendas da União está, tá errado esse 5,27 é 527%.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Tá, tá. Obrigado

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Saltou de 1 milhão 163 mil pra 7 milhões 297, uma diferença de 6 milhões 133

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Tá ok

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Que representa 527% e não 5,27

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Tá ok, desculpe pelo erro e obrigado pela correção Presidente. Então a gente tem aqui, uma das coisas que a gente tem que falar é o seguinte, a Receita Corrente Líquida ela é base de cálculo pra uma série de pagamentos que a prefeitura faz, notadamente sobre os precatórios. É um item de despesa muito alto da prefeitura, isso é uma visão de financeiro e não da Lei né, eu não posso colocar como base de cálculo uma receita da qual ela não me pertence, e dentro da Receita Corrente Líquida existe algumas receitas que o município não faz a gestão delas, então deveria descontar por exemplo o SUS. Ele faz parte da receita corrente líquida, descontado do FUNBED ele faz parte da receita corrente líquida que são despesas, receitas vinculadas eles fazem parte de pagamentos notadamente de precatório. É um valor significativo que a prefeitura paga, e são receitas que você administra, você não tem a gerência sobre ela, só um adendo só sobre isso. Despesas. Vamos falar sobre os grandes grupos de despesas, as correntes e de capital, e reserva de contingência. Orçamento fixado nas despesas corrente, 1 bilhão 845 milhões contra 1 bilhão 942 milhões; Despesa empenhada 1 bilhão 434; a Liquidada 1204; Despesa paga 1057. Pessoal e

encargos 834 milhões 756 mil; Orçamento atualizado 848774; Empenhado 497; Liquidada 496; Paga 494. Juros e Encargo da dívida 46 milhões 200 mil; 40890 o atualizado; Empenhada 40550; Liquidada 26202; Paga 26202. Outras despesas correntes 964614; Orçamento atualizado 1052; Despesa empenhada 896; Despesa liquidada 682; Paga 537. Despesa de capital 323 milhões; Orçamento atualizado 429 mil; Despesa empenhada 231; Despesa Liquidada 87768; a Paga 38707. Amortização da dívida 40920; Orçamento atualizado 34554; Despesa empenhada 34539; Liquidada 22940 e Paga 22940. Reserva de contingência 2070; Orçamento atualizado 0. Despesa Intra orçamentária 89291; 86735; Despesa empenhada 56139; Despesa liquidada 54483; Despesa paga 48305. Total 2301806 o Orçamento fixado; o Orçamento atualizado 2493736; Despesa empenhada 1756606; Despesa liquidada 1370069; Despesa paga 1167828. Próximo quadro. Despesas correntes, Despesas de Capital. Orçamento atualizado A 1942418; Despesa empenhada 1434; Relação ao orçamento 73,86%. Despesa de Capital 464222; Empenhado 265713, 57,24; Despesa intra orçamentária receita orçamento atualizado 86735, contra 56139, 64.72%; Orçamento atualizado 2493376; Despesa empenhada 1756606; Total 70.45%. É normal, porque normalmente você empenha todas as despesas no início do ano e vai fazendo os ajustes (inint 00:37:00) de pessoal, de vida pública, precatórios, etc. Primeiro percentual liquidado em relação ao primeiro quadrimestre 2023. Despesas correntes 1942418; Liquidada 1204; Percentual liquidado B/A 63,03%. Despesa de capital 464222, 110709, 23.85%. A despesa intra orçamentária receitas 87, 86735, 54493, 62.82. 2493376 contra 1370059, 54.95%. Comparativo com ano anterior, segundo quadrimestre. Segundo quadrimestre 2022, nós tivemos uma despesa empenhada de 1394927, nesse quadrimestre 1756606, 25% a maior. Liquidada 1116908 contra 1370059, 22.67 a maior. Paga 1048072 contra paga 1167828, tendo 11.43% a mais. Despesa com pessoa. As despesas totais com pessoal nos

últimos 12 meses, encerrados em agosto de 2023, totalizou em 846 milhões 916 mil; A receita corrente líquida apurada no mesmo período atingiu o montante de 1862; as despesas de pessoal no período em relação a receita corrente líquida representou um comprometimento de 45.43, 46%, portanto dentro do estabelecido no artigo 20 da Lei 101 que é de 54%. Aqui a gente tem um comparativo 2022 que o nosso apurado foi de 37.57%. Que a gente tem que lembrar que houve aí algumas despesas de pessoal que foram represadas na época da pandemia, que o município vem pagando ao longo desses um ano e meio quase dois anos e isso tem um reflexo por isso desse aumento de 47% 45% pra 37% um delta de quase 8% a mais né. Fora que também o governo deu reajustes né, ao funcionalismo público foram dois reajustes, muito embora não fosse o ideal para os funcionários, mas teve um reajuste real de, em relação aos vencimentos, então sempre tem esse acréscimo. Se a gente considerar também que essas des, ficaram muitas despesas represadas ne, e a gente vem liquidando isso ao longo do período porque você tem que ter um fôlego financeiro também né. Análise comparativa entre receitas e despesas. Receita arrecadada 1320961; Despesa empenhada 1756; Despesa liquidada 1370; Despesa paga 1167. Resultado primário¹. No exercício do encerramento do segundo quadrimestre 2023, o Resultado primário apurado foi de 92 milhões 595 mil. Receita primária líquida 1411, menos despesa primária líquida 1318. Resultado primário 92595. Receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, e as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno das operações de crédito, juros e amortização, o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e das receitas de privatizações. Nós não tivemos. As receitas primárias ², representam, correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão. Então, em suma as receitas primárias

são as receitas correntes menos as operações de crédito, e as despesas primárias são as despesas correntes menos o juros da dívida, basicamente isso. Resultado primário 3, é 1 menos 2. Indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias. A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias. Como vemos, receitas primárias correntes 30/08/2022, 1.283 contra 1.389.410. Receitas primárias e capital 19109, 21725; Receitas primárias liquidas é 1 mais 2, dá 1.303 contra 1.411. Despesas primárias correntes 1.116 contra 1.257; Despesas primárias de capital 59715 contra 50722; Despesas primárias liquidas 4 mais 5, 1175800 contra 1318539. Resultado primário é 127 no quadrimestre de 22, e 92595 no quadrimestre de 23. Dívida consolidada. Ativo disponível 251 contra 234; Haveres financeiros 10 contra 41; Restos a pagar processados 88 contra 9; Dispositivos restituíveis e valores vinculados 45285 contra 42679; Deduções 2. 128.814 contra 223.398; Dívida consolidada 809 milhões em 31/12/2022 contra 633 em 30/08/2023. Temos aqui o resultado nominal abaixo, 175.141; Variação do saldo do Regime próprio previdência 78380; Resultado nominal ajustado 96760. Essa dívida pública ela vai sofrer pro ano que vem um acréscimo de quase 200 milhões de reais, a gente tem que lembrar que os precatórios é uma conta muito difícil para o município. O último mapa que chegou aponta mais despesa com precatório pro ano que vem já como dívida de 895 milhões de reais e isso vai impactar muito no orçamento seguinte porque nós vamos ter que fazer o Tribunal de Conta, o Tribunal de Justiça mandou pra nós que fizesse um aporte financeiro de 8.09% da receita corrente líquida para quitação dos precatórios. Nós vamos fazer um recurso, agora extraordinário, dizendo que nós não temos condição de fazer esse pagamento. Entrou 200 milhões de precatórios nesse ano pra pagar o ano que vem, é

muito dinheiro né, então são contas que vieram ao longo dos anos que isso é da gestão municipal você é obrigado a fazer e fazer o pagamento. Esse ano tá previsto mais ou menos 110 milhões de pagamento de precatório, é muito recurso se você considerar que ele representa quase 5% da receita corrente líquida, esse ano tá 489 e o ano que vem vai pra 809%. Então um valor significativamente alto para os padrões de receita do município. Então hoje a gente tá entre os maiores devedores de precatórios do Brasil, a gente perde aí pra Santo André, Campinas, São Paulo né que tem um valor significativo, mas a gente tem um valor muito alto né, e ainda tem contas vindo né chegou em primeiro de julho, total dá 895 milhões de reais, é uma conta salgadíssima para o ente público local. Bom, vamos lá? Isso foi só uma explicação pra gente dizer que as pessoas acham que a gente só arrecada né, nós temos as nossas obrigações. O precatório é uma despesa muitíssimo alta, ela impacta no nível de investimento do município. Imagine nós, se nós não tivermos essa conta, estamos falando em 110 milhões reais de pagamento de uma dívida que ela foi feita, em algum momento ela existiu, em algum momento ela foi feita, e hoje quem tá no poder vai herdar como os outros também herdarão né. Estamos falando em 110 milhões de reais, se a gente considerar que parece que a Dom Pedro tem um custo de 48 milhões total, nós estamos falando de duas Dom Pedro de cabo a rabo né, então valor que sai do orçamento municipal pra pagar dívidas passadas, mas isso faz parte da gestão né, não tem município que, só trabalha em um município quem não tinha precatório, é o município vizinho aqui que chama-se Bertioga. Quando, lembro quando em 2012 lá precatório era zero. Mas tudo bem vamos tocar vida. Dívida consolidada com Banco do Brasil 31/12/22, 14.402 contra 12.791; Financiamentos 196.461 contra 464.296; Precatórios 592 contra 515, esse quadro vai mudar bastante já acabei de falar pra vocês, tá certo? Previdência Social 129 contra 160; Outras dívidas 5.537; Sub Total 937 milhões e 22 contra 857 e 23 no mesmo período; Dívida

Consolidada 2, 1, 937.947, 857.390; Ativo disponível 251.614 contra 234.306; Haveres financeiros 10.842 contra 41.748; Restos a pagar processados 88.356 contra 9.975; Menos depósitos restituíveis valores vinculados 45 contra 42; Deduções 2, 128.814 contra 123.238; Dívida consolidada líquida ela tem de 809 contra 633, houve uma redução; Receita corrente líquida 1.839 contra 1.870; Transferências obrigatórias da União 1.241 contra 382; Receita corrente líquida ajustada 1.838 milhões contra 1.869. Variação da dívida consolidada sobre a receita corrente líquida 5102, 45 e 85. Dívida consolidada líquida sobre a receita corrente líquida 44.01 contra 33.91; Limite definido pela resolução do Senado 120%, então a gente teria aí uma condição ainda de ter quase 400 milhões né, 2.206 contra 2.243; O Limite de alerta é 90%, 1.895 contra 2.019. Então a gente tá um pouco folgado em relação a isso, mas o grande problema aqui tá na dívida pública né, e não é o que se faz no dia a dia é que na realidade você tem uma despesa altíssima de precatório. A gente tá, eu fiquei assustado quando vi o mapa, quando a gente fez agora o ajuste orçamentário, tá o Cláudio aí que faz as contas né, mas são, é um valor significativo. A nossa previsão ano que vem, tão falando aí com o jurídico, mas é que é um dispêndio de 175 milhões pro ano que vem de precatório, é muito dinheiro. Quer dizer, se você considerar que que daria 8.09% da receita corrente líquida quer dizer, você dispõe de um recurso orçamentário pra pagar essas despesas, mas como eu disse faz parte da vida, faz parte da gestão pública, e a gente tá aqui pra isso. Vamos brigar sim com as contas né, brigar num bom sentido jurídico, tá certo? A gente vai fazer agora alguns ajustes de contas juntamente com o débito pra ver se a gente consegue enxergar uma redução né. É claro que sempre tem um risco né de você ter alguns problemas lá na frente, mas a gente tá com muito centrado olhando que precatório é uma dívida salgada e pesada, não só pra esse governo para o próximo também. A previsão de liquidação dele é 2028, quer dizer, então quem tá aqui agora e vai ter mais um, o próximo também que vai pegar

vai ter essa conta como se fosse uma espada fincada no teu coração, não tem como, e se não pagar precatório é intervenção, não é intervenção é sequestro das contas no outro dia. Então é um dinheiro que você não pode nem discutir e a resposta deles é o seguinte pega o dinheiro que conta for, não respeita se é conta fonte 1, se é fonte 2, tanto faz, se tiver dinheiro no FUNDEB vai lá busca, se tiver dinheiro na educação busca, eles pegam o dinheiro. Aconteceu isso algumas vezes e alguns outros eu paguei, mas porquê? Na realidade houve um desleixo por conta da Legislação sobre desapropriações né, lá atrás se fazia desapropriação e não pagava nada, e nós estamos falando isso desde 88 né Presidente. A Constituição de 88 enfiou as oitavas, de lá pra cá vieram três ou quatro Emendas Constitucionais pra gente pagar e alguns municípios não conseguiram se livrar dela. Tá aqui Guarujá, nós estamos dentro do hall de maiores devedores de precatórios do Brasil, fizemos uma apelação agora pro TJ pra gente depositar 5% da Receita corrente líquida e vamos ver se eles aceitam. Se não for esse depósito, nós estamos falando em 175 milhões de reais, é muito dinheiro. Quer dizer, você tem que produzir recurso pra pagar a dívida então é muito complicado, mas essa é a nossa alertas essa aqui é a nossa conversa né, pra quem tá nos assistindo ver que é um, a gente tá aqui hoje contando migalhas né, por que você tem uma queda de receita e tem um aumento de despesas por conta de algumas despesas que não fazem parte, não é que não fazem parte né elas são decisões judiciais. Muito obrigado, e estamos aqui a disposição Presidente.

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Obrigado Chico. Acho que eu vou solicitar que o Édler faça a apresentação e depois a gente abre pras perguntas.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Tudo bem.

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Pode ser? Com a palavra o Édler, Presidente do Guarujá Previdência.

PRESIDENTE DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA EDLER ANTÔNIO DA SILVA: Bom dia a todos e todas, é um prazer imenso estarmos aqui hoje, mês que a gente comemora que a Guarujá Previdência atingiu a todos os requisitos do nível 4 do Pro Gestão que é uma certificação Nacional do Ministério da Previdência que indica a melhoria da qualidade e cumprimento de metas e objetivos relacionados à educação previdenciária, governança corporativa, investimentos, e controles internos. Somente quatro entes no Brasil tem a certificação nível 4 do Pró Gestão, desses quatro entes um Estado, Rondônia, uma Capital, Manaus, um Município de Jundiá e o município de Guarujá. Todos os demais de 2.200 RPPS alguns não tem nenhuma certificação, outros estão no nível 3, 2 ou 1, mas nível 4 somente quatro entes no Brasil. Isso demonstra maturidade da nossa gestão, e um trabalho de fôlego muito grande desde 2021 que estamos trabalhando pra melhorar todos os indicadores, e óbvio com o apoio da prefeitura, do Poder Executivo, melhorando pra nós os repasses de taxa de administração pra gente conseguir fazer todas as melhorias, mantendo em dia as contribuições previdenciárias e também com o apoio do Poder Legislativo, que sempre que há algum Projeto de Lei encaminhado aqui para Casa de Leis é apreciado com muita celeridade e a gente tem visto as melhorias também legislativas, por que tudo que a gente faz tem que ser atendendo a Legislação vigente. Hoje vamos então passar aqui pra avaliação do cumprimento das metas. Receitas. Receita corrente realizada no segundo quadrimestre 22, 153 milhões, realizado no segundo quadrimestre 23, 123 milhões; Prevista 90 milhões, e previsto para o segundo quadrimestre 23, 60 milhões; Receita de contribuições, a previstas 74 milhões pro ano todo e realizada no segundo quadrimestre 49 milhões. A não, a realizada tá no meio,

desculpa. O previsto para o segundo quadrimestre então é 49 milhões a realizada na verdade a gente vai pros 50 milhões; Receita patrimonial. A realizada no segundo quadrimestre de 2022, 114 milhões, a realizada do segundo quadrimestre 23, 72 milhões, a prevista 2023, 15 milhões e para o segundo quadrimestre prevista 10 milhões. Outras receitas correntes, temos realizado no segundo quadrimestre 22, 11 mil 138 reais e a realizada no segundo quadrimestre 23, 1 milhão 83 mil reais 555 reais e 84 centavos. Receita intra orçamentária, realizada no segundo quadrimestre de 2022, 46 milhões, a realizada no segundo quadrimestre de 23, 63 milhões, a prevista para o ano de 2023, 91 milhões, prevista para o segundo quadrimestre de 23, 61 milhões. Total das receitas, temos 199 milhões realizada no segundo quadrimestre de 22, no segundo quadrimestre 23, 186 milhões, a prevista para 23, 181 milhões e para o segundo quadrimestre de 23, 121 milhões. Contribuição por ente patronal. Nós vamos observar ali que nós temos uma segregação de massas, o fundo financeiro e o fundo Previdenciário. O fundo financeiro é composto por todos os segurados que ingressaram no serviço público até 31/12 do ano 2000, e o fundo Previdenciário todos aqueles que ingressaram a partir de primeiro de janeiro de 2001. Contribuição do servidor, no plano financeiro 24 milhões, no previdenciário 23 milhões, total 48 milhões. Na Patronal, 28 milhões e 500 mil no plano financeiro, no previdenciário 27 milhões e 500, total 56 milhões. Total do plano financeiro 53 milhões, do plano Previdenciário 51 milhões e a soma 104 milhões. Guarujá previdência. Porque a Guarujá Previdência, apesar de ser autarquia ela faz a gestão do RPPS que é o Regime Próprio de Previdência Social, mas enquanto autarquia ela tá aqui ela também tem obrigações, ela tem servidores que fazem parte da estrutura e a gente recolhe também para o RPPS as contribuições tanto a do servidor quanto a patronal. Admitidos até 31/12 de 2000, quer dizer o do plano financeiro. Contribuição do Servidor 24 mil, do previdenciário 172 mil, total 196 mil. A patronal do plano financeiro 26 mil, do

plano previdenciário 186 mil, total 213 mil. E aí do plano financeiros total nós temos 51 mil, do previdenciário 358 mil, total 410 mil. Câmara Municipal de Guarujá, do plano financeiro a parte do servidor 819 mil, do plano previdenciário 183 mil, Total 1 milhão. Contribuição patronal, do plano financeiro 894 mil, do plano previdenciário 201 mil, total de 1 milhão e 95. É, então nós temos no total do plano previdenciário 1 milhão 713, do plano ou melhor do financeiro né, do plano previdenciário 385 mil e a soma 2 milhões e 98. Registra-se que quando a gente fala em contribuições patronal e individual do servidor a alíquota patronal é 15,25% e a alíquota individual que cada servidor contribui é 14%. Servidores cedidos e licença sem vencimentos, temos ali no plano previdenciário apenas um servidor, 8 mil 655, 2 servidores. Tá aqui tem um da prefeitura e um da Guarujá Previdência. E a gente continua recebendo as contribuições que esses entes que há cessão, eles fazem o repasse pra nós, então 8 mil 655 a parte do servidor, a parte patronal 9 mil e 600, total 18 mil 255. Inativos e pensionistas. Inativos e pensionistas só contribuem quando há um valor de proventos superior ao teto do regime geral, acima de 7 mil e 500 reais. Em alguns casos só vai ter a contribuição quando for o dobro do teto, quer dizer acima de 15 mil reais, e a parte patronal ela não existe mais depois que o servidor se aposenta. Por isso que a contribuição do inativo e pensionista ela é bem menor porque a maioria está abaixo do teto do INSS e assim gente só tem valores bem limitados. Então dos inativos da Lei 1212 da Prefeitura a contribuição dos servidores 160 mil; inativos da Câmara até 31/12, 119 mil; inativos até 31/12, 221 mil; inativos após 01/01/2001, 6 mil; pensionistas da Lei 1212, 168 mil; pensionistas até 31/12, 101 mil; pensionista após 01/01/2001, 11 mil 928; total 789 mil. Então a soma de todas as contribuições do servidor e a patronal a gente vai ter 50 mil, 50 milhões 596 mil parte do servidor e a patronal 57 milhos 309 mil; totalizando 107 milhões 906 mil. Lembrando que todos os valores de contribuições eles servem pra pagar os benefícios

correntes, então se entrarem 11 milhões no mês e nós tiver uma folha de benefícios de inativos e pensionistas de 6 milhões a gente paga primeiro o 6 milhões e o que sobra os 5 milhões ele é investido no mercado de capitais, e ele vai somando com todos os volumes que nós temos lá pra um dia reverter também pra pagamento de benefícios. Todas as contribuições previdenciárias só tem a finalidade de pagamento de benefício, por isso que nós temos contribuições previdenciárias em algumas contas e contribuição da taxa de administração que a gente faz a gestão do RPPS. A despesa total, aí que a gente vai falar dos valores da taxa. Pessoal e encargos. Despesa empenhada no segundo quadrimestre de 21, nós temos 49, 47 milhões de pessoal e encargos; no segundo quadrimestre de 22, 51 milhões; no segundo quadrimestre de 23, 57 milhões. Outras despesas correntes 2 milhões 289 no segundo quadrimestre de 21; segundo quadrimestre 22, 3 milhões 541; no segundo quadrimestre de 23, 5 milhões 943. Despesas de Capital, que são investimentos. Em 21 nós tínhamos 19 mil; em 22, 71 mil; em 23, 21 mil. Total do segundo quadrimestre 21, 49 milhões; segundo quadrimestre 22, 54 milhões e no segundo quadrimestre 23, 63 milhões. Aí nós temos despesas correntes, orçamento fixado anual 84 milhões; o atualizado 86 milhões; despesas empenhadas 63 milhões; liquidada 44 milhões; despesa paga 44 milhões; pessoal e encargos 80 milhões no orçamento fixado anual, no atualizado mesmo valor 80 milhões 681 mil; despesa empenhada 57 milhões; despesa liquidada 41 milhões, o mesmo valor na despesa paga. Outras despesas correntes 3 milhões 939 mil no fixado; no atualizado 6 milhões; empenhado 5 milhões e 900; liquidada 3 milhões, mesmo valor pago. Despesas de Capital, investimentos. No fixador anual 2 mil; orçamento atualizado 822 mil; empenhado 21 mil e despesa liquidada e paga 2 mil. Reserva, reserva de contingência do RPPS 110 mil, no fixado anual e 108 milhões no orçamento atualizado; total fixado anual 194 milhões; no orçamento atualizado 196 milhões 685 mil; despesa empenhada 63 milhões; a liquidada 44

milhões, mesmo valor na paga. Despesa com inativos e pensionistas. Despesa com pessoal no orçamento inicial 77 milhões, o atualizado o mesmo valor; despesas empenhadas 53 milhões; liquidado 39 milhões e despesas pagas 39 milhões. Outras despesas correntes 153 mil; orçamento atualizado. 1 milhão 553; despesas empenhadas 1 milhão 551 mil; liquidado 519 mil e o mesmo valor pago; total, no orçamento inicial 77 milhões; no orçamento atualizado 78 milhões; despesas empenhadas 55 milhões; liquidado e pago 40 milhões 378 mil.

Resumo das despesas com aposentados e pensionistas. Aposentadorias no inicial 63 milhões; no atualizado 62 milhões; despesas empenhadas 39 milhões e 700 mil; no liquidado 30 milhões e pago mesmo valor. Pensionistas, 14 milhões 301 mil, orçamento inicial, mesmo valor do orçamento atualizado; nas despesas empenhadas 14 milhões 200 mil; liquidado 9 milhões 697 mil; despesas pagas o mesmo valor. Sentença judiciais. Orçamento inicial 50 milhões, o orçamento atualizado dobrou pra 50 mil, e dobrou pra 100 mil, despesas empenhadas 33 mil e o mesmo valor pra liquidado e pago. Obrigações tributárias. 150 mil o orçamento atualizado 1 milhão e 400; despesas empenhadas 1 milhão e 400; liquidado 428 mil; despesas pagas 428 mil. Indenizações e restituições. No orçamento inicial 3 milhões, 3 mil, desculpa, 3 mil; no orçamento atualizado 153 mil; no despesas empenhadas 151 mil; liquidado 91 mil; pagos o mesmo valor. Só um detalhe que às vezes ali os números eles destoam porque a gente depende muito do que a gente recolhe de PASEP, que é o imposto que toda vez que a gente faz nessas obrigações tributárias você vai verificar porquê que nós tínhamos no orçamento inicial de 150 mil e de repente você vê um atualizado de 1 milhão e 400 mil, milhões. É devido a nossa dinâmica com o mercado financeiro, porque todas as vezes que a gente faz resgate de um Fundo de Investimento que ele teve um certo valor de rendimentos, do que render nós somos obrigados a recolher 1% do rendimento. E esse 1% vai direto pro PASEP e às vezes a gente faz uns investimentos que é necessário e obvio

que a gente só vai fazer quando a gente fizer a conta que vai compensar pagar esse 1% e ainda aproveitar a rentabilidade. A gente faz, a gente fez muitos inclusive pra mudar um pouco adequando ao estudo de ALM, que é o estudo entre casamentos e casamentos ativos e passivos para fazer um planejamento com o pagamento de benefícios futuros de acordo com o cálculo atuarial, e aí nós alocamos muitos recursos até pra proteger a carteira em títulos públicos. O título público é o investimento mais seguro que tem, e ele estava dando uma rentabilidade muito alta, e ainda está, e a gente tirou de outras modalidades de investimentos para fazer alocação em títulos públicos, mas toda vez que você tira um milhão por exemplo de fundo de investimento e põem em título público e desse 1 milhão que você retirou 100 mil, digamos, fosse ou o lucro, a rentabilidade positiva, em cima desses 100 mil a gente teria que recolher 1%. Só pra vocês entenderem porquê que tem essa dinâmica aqui. Tipos de aposentadorias do plano financeiro, do plano previdenciário e o total. Lá no total de aposentadoria nós temos 777 aposentadorias, por enquanto por que todos os meses a gente atende e tem novos aposentandos, e também esse número vai variar com a diminuição de aposentados. Quando há óbitos esse número diminui, e às vezes o óbito ele é transformado em pensão por morte, nem sempre toda aposentadoria vai ter pensão mais a tendência que sempre tenha um beneficiário pra receber a pensão por morte. Nós temos ali no final você vai ver, as últimas duas linhas dos dois planos, a parte das pensões. Então vamo lá. Compulsória. No plano financeiro 13. Compulsória é aquela aposentadoria que o servidor não escolhe aposentar, ele fez 75 anos de idade nós temos que aposentá-lo de ofício. Temos 13 no plano financeiro e 3 no plano previdenciário. A aposentadoria por invalidez, que também o servidor não escolhe, é por determinação médica. É porque ele fica um período recebendo uma licença para o tratamento de saúde e segundo as avaliações médicas ele não tem mais capacidade laborativa, então ele adquiriu uma incapacidade permanente para o

trabalho. É tentado fazer a readaptação caso haja insucetibilidade ele é aposentado por decisão de ofício, o que não depende da escolha dele, não é voluntário, e nós temos no plano financeiro que é aqueles servidores que ingressaram até o ano 2000 temos 29 por invalidez e no previdenciário aqueles que ingressaram em 2001 a seguir 25, por invalidez. As demais aposentadorias que nós vamos ver agora são as voluntárias, que dizer que não depende de uma decisão meramente de ofício da autarquia, o servidor que se voluntaria aposentar se ele preencher os requisitos por um ato vinculado da administração ele vai ser aposentado. Por que preencheu os requisitos ele tem o direito, nós somos obrigados a cumprir a, tanto a Constituição quanto nossa Lei Municipal, e a vontade dele, ele quer aposentar naquele momento ele vai aposentar, se ele não quiser aposentar ele preencheu os requisitos ele faz jus ao abono de permanência. Mas sempre é ele que decide o momento dessa aposentadoria, se ele não aposentar e for ficando um dia vai chegar a hora dele se aposentado pela compulsória, mas enquanto ele não é aposentado pela compulsória a escolha é dele. Voluntária por idade, 145 no plano financeiro, e a pôr idade no plano previdenciário 38. Por idade quer dizer que o homem aos 65 anos de idade, e a mulher aos 60 anos de idade, ambos os casos se tiver no mínimo 10 anos de contribuição fez jus ao, a aposentadoria por idade. A voluntária por idade e por tempo de contribuição, no plano financeiro nós temos 204, no previdenciário temos 27, então dos servidores que entraram até o ano 2000, é um número bem maior que a massa mais envelhecida, e do plano previdenciário o número menor. Nesse caso os requisitos principais de idade e tempo de contribuição são: o homem 60 anos de idade e 35 de contribuição, a mulher 55 anos de idade e 30 de contribuição. A outra voluntária por idade, tempo de contribuição, especial do magistério que só faz jus os professores que estão ou que lecionaram durante 25 anos em sala de aula, no caso das mulheres, e 30 anos em sala de aula, no caso dos homens em sala de aula. Em sala de aula ou

unidade escolar, o diretor de escola por exemplo, ele continua contribuindo para essa aposentadoria especial. Aí nós vamos ver ali especial do magistério do plano financeiro 134, especial do magistério no previdenciário 8. A próxima que nós vamos ver ali é a especial por agente nocivo, só temos uma no plano financeiro e não temos nenhum no plano previdenciário. Essa por agente nocivos, é aquela que o servidor ele preencheu aos requisitos de durante determinado período, no caso até a Emenda 103/2019, 25 anos exposto a agentes nocivos à sua saúde, agentes químicos, físicos e biológicos. Pra ele conseguir esse reconhecimento, ele precisa do período do INSS recolhe, fazer um o comprovante lá pela CTC e lá é feito uma perícia, ele tem que juntar PPP que é o perfil profissiográfico previdenciário, tem que juntar o LTCAT que é o laudo técnico das condições ambientais de trabalho, comprovar que o período até 2012, por exemplo, ele trabalhou exposto a agentes nocivos e o período de 2013 pra frente mesmo procedimento, um PPP específico, um LTCAT específico, somou deu 25 anos até a Emenda 103/2019 fez jus aposenta independentemente da idade. Só temos um caso e temos mais uns dois ou três, que estão em abono de permanência. Por que eles poderiam se aposentar, mas preferiram continuar trabalhando. Nós vamos ter um problema quando o servidor não fez 25 anos até a Emenda 103/2019, ah fez 24 anos e 11 meses, não preencheu os requisitos não pode aposenta-lo, inclusive tem um caso que está discutindo judicialmente. Pra nós aposentado nós precisamos fazer a reforma da previdência no município, para esse item, autorizando o a concessão. Assim como a gente já fez para aposentadoria do deficiente, a pessoa com deficiente hoje nós temos na nossa Lei a previsão, não tem nenhuma ali porque ninguém preencheu os requisitos. Mas nós vamos ter de um dia fazer a previsão na nossa Lei dos critérios para todos aqueles que preencher os requisitos, após a Emenda eles também possam gozar desse benefício. No entanto, nós temos que seguir o modelo feito na União, que esse modelo da União não existe mais, apenas

a aposentadoria por tempo de contribuição, tem que ter o fator da idade também. E aí tem a proporcionalidade, quanto mais tempo maior a proporção e isso aí a gente no futuro vai poder fazer no município, até lá somente quem preencheu os requisitos até a Emenda 103, ou seja, até 13 de novembro de 2019 é que pode ingressar nesse tipo de aposentadoria ou comprovando-se por abono de permanência. As pensões por morte. A pensão por morte do servidor ativo ou a pensão por morte do servidor inativo, por que dá aposentadoria se morrer verifica se tem direito a alguma pensão, e de quem tá na ativa se morrer na atividade concedesse a pensão para os dependentes, se houver. Então no plano financeiro que é dos servidores mais antigos, que ingressaram até o ano 2000, pensão por morte do servidor ativo 80, e dos servidores inativo 10, 90 pensões por morte. O total de todos os benefícios que nós temos hoje, 616 benefícios no plano financeiro. Aí vamos falar ali das pensões por morte do plano previdenciário, 58 de servidor ativo, 2 de servidor inativo, o total de benefícios do plano previdenciário 161. Somando 161 com 616 nós vamos ter 777 benefícios pagos no mês de agosto para aposentados e pensionistas. Despesas administrativas. Despesas da taxa administração. Então a despesa com pessoal, no orçamento inicial 3 milhões 259 mil; o atualizado manteve o mesmo valor. Não aumentou cem né? É, 3.329, aumentou então 100 milhões; as despesas empenhadas 3 milhões 185 milhões; liquidado 2 milhões; pagas 2 milhões. Outras despesas correntes 3 milhões 786 mil no orçamento inicial; no atualizado 4 milhões 681 mil; despesas empenhadas 4 milhões 392 mil; liquidada 2 milhões 571 mil, o mesmo valor nas despesas pagas. Investimentos. Abriu o orçamento com mil, o orçamento atualizado 121 mil; despesas empenhadas 21 mil 812; liquidadas 2.308, mesmo valor pago. Então total do orçamento inicial 7 milhões e 46 mil; orçamento atualizado 8 milhões 131 mil; despesas empenhadas 7 milhões 598 mil; liquidado e pago 4 milhões 592 mil. Despesas construção da sede da autarquia. Nós estamos finalizando a licitação do projeto executivo, por que o

projeto básico a prefeitura fez pra nós, e estamos finalizando provavelmente essa semana ou na outra a gente já tem a definição de quem sagrou-se vencedor desta licitação, tá na fase agora de aguardando se vai ter algum recurso, mas já já está no finalizando. Depois que essa empresa fizer o projeto executivo, é que nós vamos passar para a execução da obra. Aí vai ser uma outra licitação e a prefeitura tem nos ajudado em toda a parte técnica, que nós não temos engenheiros no nosso quadro, e dependendo a gente terá que fazer contratação de alguma empresa de engenharia também pra fazer as medições, embora a gente já tenha pedido pra Secretaria de Planejamento nos auxiliar cedendo somente pras medições, acompanhamento dos contratos, engenheiros da prefeitura, acreditamos que nós vamos ter também essa cooperação como tivemos até agora. Então a gente abre o orçamento com 1 mil porque, pra não deixar sem a previsão orçamentária, aí depois de repente tivesse que fazer né, e a gente atualizou hoje para 701 mil. Não ainda, não teve nenhuma, nenhum empenho, nem liquidação ou pagamento, vai depender agora dessa empresa contratada, que tudo que for da construção da sede nós vamos fazer específico dessa despesa, que a gente não tá tirando da taxa da administração, nós estamos tirando da reserva da taxa. A reserva da taxa que a gente tem acumulado, daqui a pouco a gente vai ver um determinado valor justamente pra isso, pra construção da sede. Investimentos. Nós vamos ver ali aqueles enquadramentos, nós somos obrigados a investir nos limites normativos das Resoluções do, da CMM, que é a entidade o órgão Federal que faz a Fiscalização dos Investimentos junto com o Ministério da Previdência Social, aí nós vamos em títulos públicos que nós temos o limite até de 100%, ou seja, podemos pegar todo o valor da carteira, um milhão cento e quarenta e cinco 1000000 e 1 milhão 145, 1 bilhão, 1 bilhão 145 milhões e investir tudo em título público, poderemos fazer assim, mas o problema do título público é que a gente tem que esperar o vencimento e aí se a gente precisar do dinheiro pra pagar

aposentadoria e pensão a gente não consegue o casamento dos ativos e passivos nas datas que a gente precisa desinvestir pra pagar esses benefícios, por isso que hoje nós temos 46,44% em títulos públicos. Isso dos últimos três anos pra cá que a gente começou a investir em títulos públicos antes não não era opção do RPPS. Nesses últimos três anos nós tivemos muito trabalho pra fazer esses desinvestimentos e novos investimentos em títulos públicos, o total atual 531 milhões. No artigo 7º, inciso I, alínea B, fundos 100% títulos públicos referenciado também poderia ter 100%, nós só temos 16%, 183 milhões. Os fundos de renda fixa, que o limite é 75% nós temos na carteira 22,92%, total de 262 milhões. Os fundos renda fixa crédito privado, o limite 15% nós temos pouco, 0,9%, por que o risco é maior no crédito privado e não foi a opção do comitê de investimentos, o comitê preferiu por exemplo alocar em título que é muito mais seguro, com esses revês da economia o dinheiro fica mais protegido no título público. 5 milhões no total da carteira. Total em renda fixa, então 983 milhões, 85 % da carteira; total em renda variável nós vamos ver que vai ser, não tá aí? Então a diferença nós vamos ter quase 15% em renda variável, mas a renda variável ela vai ter também o título, os investimentos no exterior e multimercado, aí vai dar uma variação. Então nós vamos ver ali, em renda variável, 7,25%, temos na carteira 83 milhões. Fundo de Investimento no exterior, o percentual máximo, no limite 10% nós temos 3,97% dá 45 milhões alocados. E não temos nada alocado no BDR nível 1, ações BDR, embora o limite seja 10%. No total de investimento no exterior é o valor que já foi dito de 3,97% do total da carteira, equivalente a 45 milhões. O total em investimentos estruturado nós vamos ter 32 milhões representando 2,81% da carteira; distribuído em fundo multimercado 2,25%; fundos em participações 0,56%; o fundo multimercado o valor é 25 milhões, e em participações 6 milhões. No artigo 11, que é fundo de investimentos imobiliários, nós temos 0,11% equivalente a 1 milhão 260 mil reais. Então nossa carteira hoje tem 1 bilhão 145 milhões investidos. Meta atuarial

e retorno. Nós temos todos os anos que fazer uma política de investimentos, essa política vai dizer qual vai ser a meta pro ano e aí como a gente tem a meta por ano a gente vai acompanhando mês a mês se naquele mês atingiu a meta do mês, mas a gente só vai realmente saber se bateu a meta quando vira o ano, só no mês de janeiro do ano seguinte que a gente vai conseguir apurar dezembro. E esse, esse limite aí, essa definição ela é feita, o comitê de investimentos se assessora de uma empresa de assessoria que faz a parte de investimentos e também numa empresa atuaria que vê a parte atuarial e aí a gente tenta buscar e enquadrando também de acordo com a Legislação. A gente tem que definir qual que é a meta e perseguir essa meta, se batermos a meta é melhor pro município por que as obrigações financeiras e atuariais elas são menores, se não bater ela traz mais obrigações. Nós estamos superavitários no plano financeiro, quer dizer que do da massa de servidores que ingressaram a partir do ano 2000, nós temos superavit técnico atuarial. A gente não fala em déficit, nem superávit atuarial no plano financeiro que é daqueles que entraram até o ano 2000 porquê? Já foi criado com a segregação de massas, com a previsão que a prefeitura terá que arcar com eventuais hipossuficiências financeira para pagamentos dos benefícios. Então nós temos superávit financeiro, no plano financeiro, desses que ingressaram até o ano 2000 e um dia se não houver é essa suficiente, suficiência pra pagamento mês a mês, a prefeitura começa a portar valores diretos no fluxo pra pagar esses benefícios do plano financeiro. Então nós temos a meta anual de IPCA mais 5,23% e fechou agosto na meta, o retorno 0,77%, sendo que a meta do mês 0,70% e aí o acumulado do ano nós temos um retorno de 8,43% e a meta até o mês de agosto 6,80%. Aí a gente tem que fazer IPCA mais 5,23%, quer dizer que se você pegar o 6,80 e diminuir dos 5,23 você vai saber quanto foi o IPCA daquele, desse período até agosto, tá bom? A evolução do patrimônio, que a gente pegou os últimos anos, na verdade se a gente pegar o início do RPPS desde 2013 nós estamos com 10 anos e nove meses de existência,

mas nos últimos anos a gente vai ver que é uma crescente o patrimônio evolui simetricamente, e no segundo quadrimestre de 2003 fechamos esse valor de 1 milhão, 1 bilhão 145 milhões, e em 22, em dezembro, nós tínhamos 988 milhões. Então nós vamos vendo o crescimento do patrimônio, lembrando que esse patrimônio ele cresce, mas é pra pagar benefícios previdenciários. Não pode ser usado pra nenhuma outra finalidade. Existe vedação legal e a fiscalização do Tribunal de Contas ela é mês a mês da, do Ministério da Previdência também mês a mês, por isso que a gente não pode nem pensar em destinar esses recursos pra outras finalidades. Essa foi a nossa apresentação, ficamos à disposição pra eventuais dúvidas. Muito obrigado.

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Obrigado Édler. Vamos abrir pras perguntas. Se alguém quiser faze-las. Eu tenho algumas perguntas aqui pro Francisco. Que primeiro Francisco, só fazer uma constatação né, que você disse com propriedade né, que a saúde gasta 450 milhões e recebe 80 do Governo Federal né, mas o eu estive conversando a semana passada com o Secretário de Saúde, nós temos um grande desafio pela frente né não sei se você tem conhecimento. Nós temos 5 UPAS na cidade, dessas 5 UPAS apenas 1 é credenciada, que é a UPA Matheus SantaMaria, todos nós chamamos popularmente de UPA da Rodoviária, e as outras demais 4 UPAS não são credenciadas, portanto, não existe se quer faturamento dessas UPAS pra ser enviado pelo sistema ou Governo Federal pra que ele possa repassar parte dos custos dos procedimentos que são realizados nessas 4 unidades. Aí nós vamos falar de UBS, USAFAS, então precisa credenciar toda rede pra que esse faturamento seja efetuado e o governo possa mandar os recursos mediante o faturamento, e o grande desafio nós temos em relação a isso. É só uma constatação, agora as perguntas. As Emendas, aqui na página 8, Emendas da União, não contempla, posso tá errado, as Emendas Estaduais, nós

temos só aí Emendas da União, passou de 1 milhão 163 mil pra 7 milhões 297, e as Emendas Estaduais não entra nesse relatório?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Na realidade, o que que vocêalaria em Emendas Estaduais? O recurso do Estado?

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Recursos É.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Olha não, que eu saiba no período a gente só pegou só o que entrou da União nesse período, do estado não tem, que eu saiba de Emenda Estadual.

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Emendas Estaduais. Todos os vereadores aqui buscam recursos de Emendas Federais pra cidade, Emendas Estaduais também.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Pelo que consta aqui, o que a gente pega aqui Presidente é só o que a STN manda fazer né, mas do Estado basicamente entra só o, pelo quadro é Emenda da União, não entra do Estado, mas se fosse do Estado a gente poderia destacar mas eu não me recordo nesse primeiro momento

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Tá ok

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Quais são as Emendas do estado que vieram.

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Tá ok. Uma pergunta, nós aprovamos aqui na Casa recentemente, acho que acredito que dois meses atrás as, pode

até ser que não houve tempo ainda de efetivar essa alienação, essa contratação, nós aprovamos um novo Finisa de 80 milhões e aprovamos 30 milhões pro Desenvolve São Paulo, não consta aqui no relatório ainda isso né porque não foi contratado ainda, é isso?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Isso ainda não foi contratado, ainda não houve, a Lei já foi feita, mas ainda não houve o ingresso dos recursos. Dos 80 milhões com certeza nada, nem dos 30 só efetivamente tá contratado

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Tá ok. Uma outra questão, a gente quando, isso foi objeto de debate aqui na Casa, exatamente no momento da aprovação desse Projeto que o governo enviou, do Finisa e do Desenvolve São Paulo, 30 milhões pra um e 80 milhões pro outro, e aí a gente fica e eu entrei em contato com o governo nós adiamos a votação por uma semana porque nós não tínhamos as informações em relação a Resolução 43/2001 do Senado Federal que estipula vários limites né. Limites que você pode pagar de juros naquele ano em relação a (inint 01:40:22) do ano anterior, limite de endividamento tá aqui que 120% da (inint 01:40:26) tudo bem, limite de alienação de receita municipal, ou seja, você dá como garantia a arrecadação municipal, nós não nós não tínhamos naquele momento então fica muito difícil pra gente votar esse tipo de propositura sem saber se os limites estão dentro do que é estabelecido pela Resolução, e nós não vimos. Eu senti falta na apresentação, Chico, dessas desses limites entendeu? Seria interessante que nos próximos, nas próximas apresentações a gente tenha isso claro, que a gente volte e meia a gente vota aqui autorização pro governo contrair empréstimos dando como garantia arrecadação ou do FPM do ICMS. Principalmente quando chegar um Projeto nesse sentido nessa Casa precisa ter isso claro tá. A gente sabe que o governo

monitora isso, mas a gente quer votar sabendo que os limites estão sendo obedecidos.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Mas só lembrando que esse empréstimo passa pelo STN né, ele não é Secretaria do Tesouro Nacional, nem um empréstimo apesar de (inint 01:41:35) tem a Legislação Municipal, mas esses empréstimos eles têm o aval da Secretaria do Tesouro Nacional. Então todos os limites estão estabelecidos eles acompanham a Resolução 43, logico que faltou aqui talvez uma um adendo, uma explicação maior né e os dados comparativos, mas esse nada é feito sem autorização da STN, pra ficar bem claro. Faltou, nós pedimos desculpas por isso, mas nas normativas do STN se houvesse uma pequena falha com certeza o empréstimo não sairia eles não aprovariam

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Tá ok. E faltou também uma apresentação em relação ao balanço que, sempre é feito isso aqui sobre o REFIS atual. Quanto já arrecadou, quanto já tem de acordo, entendeu? A gente não, não teve essa informação aqui, eu acho.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Ele entrou na receita do, do da dívida ativa né, mas tudo bem gente pode fazer a parte

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Sempre é perfeita essa apresentação, mas...

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: O número mais ou menos hoje, a gente abriu cedo, a gente acompanha dia a dia, existe uma expectativa de negociação de 160 milhões já ingressaram 32, 32 ou 33 não me recordo, e esse delta vai pra futuras negociações provavelmente no último mês porque as pessoas efetivam, mas já tem já uma expectativa, nós né de finanças, nós temos uma expectativa de 160 milhões mais ou menos, 165. Chegar no final

do REFIS por volta de 180,190 e a gente ter um delta de mais ou menos 70% de negociação. Então, vamos falar de 180 milhões, vamos falar de 120 milhões mais ou menos 130 milhões de possíveis ingressos né.

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Entendi

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Então essa é uma ideia que a gente tá trabalhando, mesmo porque diante mão nós estamos trabalhando seriamente na dívida ativa, hoje nós temos uma dívida de 8 bilhões e 500 milhões de reais, ela é irreal, mas nós estamos trabalhando na maneira pra gente sanear, aproveitando o REFIS obviamente né, nós já estamos reconhecendo, identificando, hoje nós temos Presidente, 40 mil contribuintes que devem para o município, só da imobiliária. A prefeitura adquiriu 40 mil matrículas do cadastro, nós estamos fazendo uma checagem individualizada com muito critério, nós vamos perder mais ou menos dessa dívida ativa total, perder não né, que ela tá escrita de uma maneira errada, mais ou menos 3 bilhões e 500 milhões nós estamos falando aí provavelmente de uma dívida total de 4 bilhões e meio. Nós estamos identificando os contribuintes imobiliários depois nós vamos passar pra dívida ativa mobiliária que é um pouco mais difícil. E aí a Prefeitura vai fazer um trabalho muito sério, vai aproveitar o REFIS né até 29, 28 de novembro e começar a intimar esses contribuintes que eles são consumas viu senhor Presidente? Infelizmente a grande maioria dos contribuintes que são aqueles que devem todo ano tá! E a intenção do governo é de fazer um ajuizamento porque é muito dinheiro parado, e o senhor sabe disso, e a cidade necessitando de recursos né, recursos. Eu sempre digo os recursos são finitos e as necessidades são infinitas né, e nós temos aí de uma dívida ativa boa hoje, tamo falando de 4 bilhões e 500 milhões de reais, vamos falar quase dois orçamentos né ou duas receita corrente líquida com folga né. Então a gente tá

trabalhando muito sério, a gente tá puxando, o jurídico tá empenhado, a finança tá empenhada, a arrecadação tá empenhada pra gente enxergar realmente quem são essas pessoas. Mais o REFIS tá indo bem, graças a Deus, mas agora a gente vai fazer essa segunda ponte que é agora começar a partir do mês de outubro, com certeza a gente enxergar aqui quem são esses, os reais devedores intimá-los a fazer o pagamento e o não pagamento a gente vai fazer o ajuizamento, e claro pode ser da curvinha ABC, do maior pro menor pra gente começar a ter um pouco mais de folego, porque qual o grande problema nosso Presidente, o senhor sabe disso, são as prescrições intercorrentes. Elas não andam né, elas têm uma morosidade, e hoje um estudo do e que a dívida ativa ajuizada ela só ela só entra 2 a 2,5% aos cofres públicos. Infelizmente é a morosidade do sistema né, não vou falar que é do judiciário porque não só aqui no Guarujá como outros municípios, a primeira dívida que o cartório cobra é o da União, a segunda do Estado, depois se sobrar um tempinho a do município, então é muito difícil pra nós que somos municipalistas, que trabalha no município, fica enxergando isso. Então fizemos um convenio agora com o cartório de protestos, estamos alinhados juntamente com todo jurídico da prefeitura, a parte técnica, pra começar a enxergar essas, esses devedores e começarmos a cobrança. Primeiro nós vamos no imobiliário, nós tamos, já saneamos mais ou menos desses 40 mil, 2 mil e 500 cadastros nós já sabemos quem são os devedores. E tem problema de inscrição, tem uma série de senões, mas a gente tá com muito cuidado no sentido da gente fazer essa cobrança mais, com mais certeza né ela só vai ser negativada realmente aquele cara que tá devendo mesmo. E da imobiliária, da mobiliária nós tamos falando mais ou menos em 2 bilhões e 700 milhões de reais, essa nós vamos, se ficar com 10% fica com muito, mas é um problema do governo né, a gente tá fazendo esse trabalho eu espero concluí-lo até maio do ano que vem, pra que a gente tenha aí uma uma possibilidade de recuperar esses ativos que são nossos né, ou seja é da cidade do

Guarujá, é do cidadão que mora no Guarujá e principalmente daqueles que mais necessitam do serviço público né. Então a gente vai buscar esses recursos se Deus quiser, muito, com muita cautela, com muito cuidado pra que a gente no negative as pessoas que erradas.

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Obrigado Francisco. Mais alguém quer fazer pergunta? Igor?

IGOR A SOUZA- ASSESSOR

PROFESSOR ANDERSON FIGUEIRA: Bom dia a todos, meu nome é Igor faço parte da assessoria do Professor Anderson Figueira, e aqui representando eu gostaria de fazer algumas questões, coisa que passou despercebido, e eu não consegui compreender. Quando nós falamos de um acréscimo na receita de serviços, nós vimos aí uma projeção de 102.89% e eu gostaria que, até para a gente poder avaliar melhor, quais foram os serviços que teve esse acréscimo? Nós estamos falando aí de 266 mil que pulou pra quase meio milhão, pra mais meio milhão 588 mil. Quais são os serviços que geraram esse ativo?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: São pequenas receitas né, por exemplo, cemitérios né que a gente fazendo nossos ajustes e as vezes tem uma classificação errada, tudo isso colega ela faz parte de um pra gente apurar os valores né. Provavelmente lá no passado tinha uma classificação não correta, e a gente tá fazendo um ajuste. Mas é por exemplo, o cemitério ela é uma receita que enquadra na receita e serviços, alguns serviços que a prefeitura presta que cobra, mas ela é irrelevante perante o total, muito embora seja relevante o seu acréscimo. Diria pro senhor que seria mais uma correção contábil do que um efetivo aumento mesmo, tá?

IGOR A SOUZA - ASSESSOR

PROFESSOR ANDERSON FIGUEIRA: Muito bem. A queda no

ITBI, o senhor falou que muitas vezes o contrato de gaveta pode prejudicar a arrecadação, mas eu queria saber na análise até pra um planejamento financeiro, se esse essa baixa da arrecadação se dá por conta da falta de Segurança Pública na nossa cidade, isso tem expulsado os turistas, ou potenciais compradores, tendo em vista que a gente tem passado aí pela pelas ruas paralelas à orla da praia, nós temos visto várias placas de venda né, então o mercado imobiliário tem deixado um pouco a nossa cidade sem arrecadar. O senhor considera que isso é um fator preferencial pra essa queda na arrecadação do ITBI?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Eu acredito que não, muito embora tudo isso faça parte do, mas não porque na realidade quando você tem um ITBI pós pandemia ele tem um acréscimo que as pessoas procuraram a cidade e regularizaram e compraram seus imóveis tanto é que o mercado imobiliário foi super aquecido. Quanto a falta de segurança, eu acredito que pode ter até uma certa influencia, mas não é tão significativa por que na realidade é uma cidade grande, é um município com 300 mil habitantes, essa relevância toda que se fala não é tu, não é isso. Se você pegar uma cidade do mesmo porte fazer os índices comparativos talvez estejamos dentro da média não é isso. E outra coisa né, também fala em segurança, a segurança do Estado né, o município pode atribuir pra si, chamar a responsabilidade da Segurança Pública pra si. Quer dizer, se for mais isso teria quer vir mais recurso né, então o município já absorveu tantos serviços que não faz parte dele, tá certo? E agora se for colocar segurança no colo do Prefeito, coitado dos municipalistas né e a arrecadação ela é mais, ela tá sendo má distribuída, mal distribuída ao longo da Constituição de 88, de lá para cá. O Governo Federal criou várias contribuições porque nas contribuições nós não fazemos parte né, nós não temos o quinhão da repartição, das receitas tributárias. Então eu acho que é um debate, eu tô explicando isso, porque eu sou

municipalista por essência né, eu sei, eu sei quanto o município sofre e quanto que ele é cobrado né. O buraco do Prefeito né, a segurança é do Prefeito, a saúde é do Prefeito, educação do prefeito, Assistente social do Prefeito, e você vê que o recurso é quase zero, se não for aqueles recursos constitucionais que o Presidente falou, questão das UPAS que nós tivemos um erro de classificação pra que venha o recurso, mais exemplos, se você for fazer uma internação do SUS, um parto, pode ser que eu esteja errado, o SUS para 150 reais enquanto que você gasta quase mil reais pra fazer um parto. Então é essas coisas as pessoas tem começar a entender que cada vez que o município absorve um serviço que é da competência de outro ente, ele tá chamando a responsabilidade pra ele, e a segurança notadamente a segurança é nível estadual. O Prefeito ele coloca aqui a sua, a gente tem dobrado aí a, colocado mais guardas da nossa, na nossa Polícia Municipal, mas ela não é função dela. Pode ser que sim, mas eu acredito que se a gente foi pegar uma média das cidades do porte do Guarujá nós estejamos aí num porte, se não for melhor igual às outras cidades no nível de 300 mil habitantes.

IGOR A SOUZA - ASSESSOR

PROFESSOR ANDERSON FIGUEIRA: Tudo bem. Eu quero só considerar também, que eu não coloquei na conta do Prefeito a segurança

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Não, não, eu também não respondi isso, pelo amor de Deus. Eu só tô colocando aqui pra nós, nós somos técnicos, nós sabemos disso né, a gente coloca aqui uma situação que as pessoas tem que entender, tá sendo transmitido e as pessoas podem, tem que entender que isso não é um problema do município, faz parte do município, mas não é um problema do município, não é uma atribuição exclusiva do município. Uma coisa que foi boa, criada na Constituição de 88 e depois veio em 97, foi a questão do FUNDEB, falou ó *“a sua a sua função negão, enquanto, enquanto educação é cuidar da*

educação até o fundamental”. Acabou, você não vê Prefeito criando universidade, porque vieram os recursos né, então eu acho, aqui já é mais uma explanação um pouco mais extensa da nossa audiência, no Brasil, não vamos falar de reforma tributária, vamos fazer um seguinte, qual é a competência de cada ente da União? O Prefeito hoje ele senta na cadeira ele paga conta né, exemplos, alguns serviços a nível Estadual ele só funciona porque nós pagamos aluguel. É um absurdo o município pagar aluguel pra entes Estaduais e Federais, aqui não vou nominar pra ser, pra não ser injusto, mas alguns serviços Estaduais só funcionam se o município pagar aluguel, é uma vergonha. Desculpa, é uma vergonha no nível do país que você vive, mas se o Prefeito não faz, pode ser qualquer um, ele é taxado de incompetente, quer dizer. Eu trabalhei no município Presidente, que pra polícia andar eu tinha que colocar gasolina na viatura, quer dizer é uma coisa de louco, além de colocar gasolina, reformar, né? E aí surgiu também agora essa, o pagamento da de um, de uma parte dos municípios tá pagando aí um GETON pra Polícia Militar pra eles trabalharem porque eles ganham pouco né e se a gente não complementa esse salário o cara vai trabalhar em outro município, você entendeu? Isso sai dos cofres municipais. Essas coisas que a gente precisa ver pra cobrar né, mas eu tô colocando aqui, não tô falando de A, de B, de C não, tô constatando enquanto financeiro, tô constatando enquanto municipalista porque na realidade o Governo do Estado, e o Governo, e a União eles empurram alguns serviços pra gente. Presidente acabou de falar, uma correção que nós vamos fazer, mas se você for pegar a tabela do SUS, ele não é atualizado há mais de 20 anos e nós pagamos no dia a dia. Não é possível você pagar uma internação, uma consulta 7 reais, enquanto que qualquer médico mais barato que seja 70, 80 reais, entendeu? Então essas coisas a gente tem que fazer um debate público sim né, essas coisas são importantes né. Você não pode receber uma merenda aí o, não tô falando aqui de quem está no poder né. “Ó, fiscaliza que o dinheiro da merenda chegou”, porra

não dá pra comprar, desculpa a expressão, não dá para comprar um pãozinho cara. Quer dizer, o cara te empurra goela a baixo, falou “Ó, o senhor”, membro aí do conselho da merenda, “o dinheiro já chegou nas contas públicas”, se você pegar não paga um pãozinho a 1 real e 50, 2 reais. Quer dizer, a gente tem que pôr a mão na cabeça, e se a gente não complementar não sai né, mas desculpa eu só tô, me estendi aqui um pouquinho fora do tema, mas é pras pessoas entenderem que os problemas do município são criados no município, são geridos no município e os recursos não vem. Não é possível você gerar 80, 100% da tua receita, da tua riqueza nacional, é criado no município e você fica com menos de 20%. Desculpa me alongar, mas isso causa revolta por que ao longo do tempo, o Governo Federal, o Governo Estadual vai empurrando os problemas. Agora tão um papo aí de falar que a segurança vai ser Municipal, pelo amor de Deus, tem que vir o problema e a solução que é solução financeira. Mas são coisas que a gente merece um debate um pouquinho mais aprofundado do que essa simples audiência pública.

IGOR A SOUZA - ASSESSOR

PROFESSOR ANDERSON FIGUEIRA: Não, é considero a sua fala e a pergunta foi, o objetivo foi esse mesmo, pra trazer a discussão que precisa ser construído algo e até uma oportunidade pra municipalidade é ofertar um pedido de socorro. Então agradeço sua resposta, quero só fazer mais uma última pergunta, Presidente. Pra relação Guarujá Previdência, não sei se eu não anotei aqui nas minhas, no meu bloco aqui. Quando fala de normas que rege um investimento, que foi falado do Artigo 7º, o Artigo 9º, 10º, só para eu considerar aqui na minha anotação. Qual é a norma que rege os investimentos, os limites?

PRESIDENTE DA GUARUJÁ

PREVIDÊNCIA EDLER ANTÔNIO DA SILVA: Resolução CMN 4963/2021.

IGOR A SOUZA - ASSESSOR

PROFESSOR ANDERSON FIGUEIRA: Muito obrigado, agradeço a participação.

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Obrigado Igor. Basicamente precisamos fazer uma repactuação Federativa né (inint 1:59:48).

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Sim

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Pra equilibrar isso

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Presidente, eu sou municipalista de carteirinha, já fiz marcha Brasília bastante vezes. Não dá pro Prefeito ficar, ir lá pedir ficar passando o chapeuzinho pedi desculpa cara, você não pode pagar um parto, acho que é 26 reais, não pode. E vem aquela continha como e fosse um favor que tá, não, não é isso. O cidadão tá aqui ele mora no Guarujá, ele mora na cidade né, Franco Montoro já dizia "*O cara não mora no Estado nem na União, ele mora no município*", é aqui que os problemas tem né? E nós temos que tomar conta deles. E a segurança é problema sério, é um debate que tem que ser levado um pouco mais aprofundado. Se você pegar os municípios do nosso nível de 300 mil habitantes você vê que os índices de criminalidade são assustadores. Passa por educação, passa por uma série de situações que aqui não vem ao tema, mas não, ouvi um papo outro dia que vamos ter que, vamos municipalizar a segurança. Num primeiro momento vão mandar o dinheiro, mas no segundo momento esse dinheiro vai ficar congelado e aí o município vai assumir mais um encargo que não é dele.

VEREADOR EDILSON DIAS DE

ANDRADE: Mais alguém deseja fazer perguntas? Não havendo mais oradores, agradecemos a presença de todos e declaro

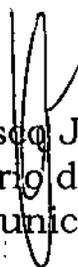
Handwritten signature and initials at the bottom right of the page.

encerrado a presente audiência pública exatamente às 12 horas e 16 minutos. Um bom restante de dia a todos vocês.

Guarujá, 25 de setembro de 2023



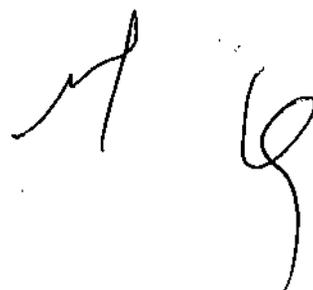
Edilson Dias de Andrade
Vereador



Francisco José Rocha
Secretário de Finanças
Prefeitura Municipal de Guarujá



Edler Antônio da Silva
Presidente da Guarujá Previdência





PREFEITURA DE Guarujá

SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Contabilidade

Evento: **AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2º QUADRIMESTRE 2023**
Local: **CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ, EM 25 DE SETEMBRO DE 2023, ÀS 10 HORAS**
LISTA DE PRESEÇA

Fl. 01/03

| NOME COMPLETO | R.G. | ENTIDADE | OUTROS | ASSINATURA |
|--------------------------------|--------------|----------------|--------------------|--------------------|
| ANDRÉ VILLIOPINI | 25.092.992-2 | PMG | S.FIN | <i>[Signature]</i> |
| ALDO LUIZ DE PINTO | 8.698.951-0 | PMG | S.FIN | <i>[Signature]</i> |
| CRISTIANO AP. DE SOUZA | 34.641.448-9 | CMG | | |
| MARCO ANTONIO DE MELO | 19.756.930-4 | PMG | S.FIN | <i>[Signature]</i> |
| DAIANA PATRICIA BARRAS GUBERT | 42.678.570-8 | CGM | Controladoria | <i>[Signature]</i> |
| MARCOS VINÍCIUS DE O. SEMENTIN | 4909.7705-4 | CGM | Controladoria | <i>[Signature]</i> |
| ERILSON DIAS | 2745296-6 | CMG | V. R. D. D. R. | <i>[Signature]</i> |
| Eduley Antonio da Silva | 25.194.434-7 | GUARUJÁ PREV | PRES. GUARUJÁ PREV | <i>[Signature]</i> |
| Enzo Luiz de S. S. S. S. | 65.604.885-2 | Guarujá PREV | Controlador | <i>[Signature]</i> |
| AFR. GARCIA VALENTIM GIBRARDI | 36.838.180-8 | CGM | Controladoria | <i>[Signature]</i> |
| Lucilma Fereze Felfoja | 27.713.471-X | Guarujá Previd | Controlador | <i>[Signature]</i> |
| Jorge Luiz Carmo dos Reis | 37095864-X | PMG - S.FIN | P | <i>[Signature]</i> |
| LEONILDA M. FERAZ | 15.217.243 | PMG - S.FIN | S.FIN | <i>[Signature]</i> |

